



Castro (E), Yeda, Itamar, Haddad e Loyola discutem a elevação da taxa de juros e programa de recuperação econômica da Caixa

Itamar aceita elevar os juros

■ Haddad convence presidente a subir taxa no curto prazo para conter preços

FRANKLIN MARTINS
E JOSÉ RAMOS

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco recuou e concordou com os argumentos do ministro da Fazenda, Paulo Haddad, de que o Banco Central tem de elevar a taxa de juros no curto prazo, para tentar controlar expectativas de aumento da inflação e manter positiva a Taxa Referencial (TR), que há quatro meses vem remunerando a caderneta de poupança com índices abaixo da inflação. No meio da tarde, o Palácio do Planalto divulgou nota admitindo ajustes nos juros, no curto prazo, mas garantindo que juro alto não é uma política do governo.

A decisão de Itamar é uma vitória de Haddad, que havia sido desautorizado publicamente por um comunicado divulgado na véspera pelo Palácio do Planalto, condenando o aumento dos juros. Em entrevista, o ministro confirmou que o governo prepara um plano de estabilização econômica, que será anunciado assim que forem implantadas medidas estrutu-

rais, como ajuste fiscal, acerto com FMI e solução para as grandes dívidas entre União, estados, municípios e estatais.

Estratégia — Haddad explicou ao presidente Itamar Franco que a elevação das taxas de juros nos últimos meses teve apenas o objetivo de acompanhar o aumento da inflação. Acompanhado do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, ele disse a Itamar que os juros terão de ser altos pelo menos até a quarta-feira para a formação da TR que definirá a remuneração de fevereiro das cadernetas de poupança. Como nos últimos meses a TR ficou abaixo da inflação, Haddad teme que a repetição do fato termine por afastar os investidores da poupança.

O ministro entrou muito tenso na reunião de ontem, segundo assessores. Na sexta-feira, ele tomou conhecimento do teor da nota antes de sua divulgação, mas não foi consultado sobre sua oportunidade. “Preparem-se, que vem mais um torpedo por aí”, avisou o ministro da Fazenda, então, aos assessores.

A nota foi interpretada como um sinal do reinício da tentativa de alguns setores do palácio — entre os quais, estão o ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, e o consultor-geral, José de Castro — de enfraquecerem Haddad.

A nota divulgada ontem pelo Palácio do Planalto reafirma que uma política de juros altos provoca recessão e desemprego, mas admite que “possam ocorrer eventuais ajustes técnicos na taxa de juros, necessários para acomodar as oscilações de curto prazo em função das expectativas inflacionárias até a implantação de um programa consistente com a realidade econômica do país”.

Ela reconhece ainda que “o processo de redução da taxa de juros envolve a elaboração e a implantação de um programa consistente de estabilização econômica, o qual, dentro da sua filosofia política (do presidente Itamar Franco), não deve conter choques ou elementos que quebrem as relações contratuais da economia”.

Conversa — A conversa entre

Itamar e Haddad, que durou cerca de 40 minutos, ocorreu antes da reunião convocada pelo presidente com a equipe econômica para debater a situação da Caixa Econômica Federal. Enquanto Haddad e Itamar discutiam juros, a ministra do Planejamento, Yeda Crusius, ficou aguardando na ante-sala, conversando com o ministro-chefe da Casa Civil.

Na reunião de ontem da equipe econômica com Itamar, ficou decidido que a nova ministra do Planejamento irá estabelecer um sistema para coordenar e controlar os órgãos do governo que tratam de política habitacional. Desde a extinção do BNH, no governo Sarney, o assunto está dividido entre Banco Central, Caixa Econômica Federal e Ministério da Ação Social, sem uma coordenação central. Também foi analisado na reunião o plano de ajustamento e reorganização da CEF. A discussão está centrada, neste momento, no volume de recursos que o Tesouro repassará à Caixa, sob a forma de títulos públicos.